


**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 6.866 ANO: 2010

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☒ SIM ☒ Diminuição de receita - ☒ União ☒ estados ☒ municípios

☐ NÃO

1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

☐ SIM  ☐ Aumento de despesa. Quais?
☐ Implica diminuição de receita. Quais?
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

☐ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

SIM (Emenda nº) X NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

☒ SIM ☐ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

☒ SIM ☐ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

☒ SIM ☐ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: Não apresentou a compensação do montante da renúncia fiscal

4. Outras observações:

O PL 6866, de 2010, concede desoneração dos tributos federais incidentes sobre:

I - insumos agrícolas, fertilizantes e produtos agroquímicos e químicos destinados a produção de alimentos destinados ao consumo humano e

à pecuária;

II - alimentos destinados ao consumo humano;

III - medicamentos:

IV - artigos de higiene pessoal;



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

V - materiais escolares; e

VI - produtos e equipamentos de uso hospitalar.

Inadequado financeira e orçamentariamente.

Há o cálculo do montante: R\$ 7,1 bilhões para o ano de 2015, R\$ 7,6 bilhões para o ano de 2016 e R\$ 8,1 bilhões para o ano de 2017. Mas o relator não estabeleceu a compensação, apenas propôs a revogação de dispositivos legais que concedam benefício, mas não especificou quais seriam os dispositivos a serem revogados para compensar montantes tão altos, em bilhões de reais.

O relator argumenta ainda que a redução da tributação sobre medicamentos e produtos hospitalares vai provocar uma enorme redução de gastos para os Governos Federal, Estaduais e Municipais, que são os seus maiores consumidores; que a redução tributária provocará maior circulação de divisas pela população beneficiada com a redução da carga tributária, gerando maior consumo em outras áreas; que, em razão da compensação de créditos gerados, sobretudo no setor exportador, não haverá renúncia fiscal, visto que já existe uma concessão de crédito pelo Governo Federal; que dotações orçamentárias anuais futuras, créditos suplementares, créditos adicionais, decorrentes de aumento da arrecadação suprirão, com folga, a renúncia estimada; e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Nenhum dos argumentos é válido e não torna a proposição adequada financeira e orçamentariamente.

Brasília, 09 de dezembro de 2016.

Sidney José de Souza Júnior
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira


**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 6.866 ANO: 2010

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☒ SIM ☒ Diminuição de receita - ☒ União ☒ estados ☒ municípios

☐ NÃO

1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

☐ SIM  ☐ Aumento de despesa. Quais?
☐ Implica diminuição de receita. Quais?
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

☐ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

SIM (Emenda nº) X NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

☒ SIM ☐ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

☒ SIM ☐ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

☒ SIM ☐ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: Não apresentou a compensação do montante da renúncia fiscal

4. Outras observações:

O PL 6866, de 2010, concede desoneração dos tributos federais incidentes sobre:

I - insumos agrícolas, fertilizantes e produtos agroquímicos e químicos destinados a produção de alimentos destinados ao consumo humano e

à pecuária;

II - alimentos destinados ao consumo humano;

III - medicamentos:

IV - artigos de higiene pessoal;



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

V - materiais escolares; e

VI - produtos e equipamentos de uso hospitalar.

Inadequado financeira e orçamentariamente.

Há o cálculo do montante: R\$ 7,1 bilhões para o ano de 2015, R\$ 7,6 bilhões para o ano de 2016 e R\$ 8,1 bilhões para o ano de 2017. Mas o relator não estabeleceu a compensação, apenas propôs a revogação de dispositivos legais que concedam benefício, mas não especificou quais seriam os dispositivos a serem revogados para compensar montantes tão altos, em bilhões de reais.

O relator argumenta ainda que a redução da tributação sobre medicamentos e produtos hospitalares vai provocar uma enorme redução de gastos para os Governos Federal, Estaduais e Municipais, que são os seus maiores consumidores; que a redução tributária provocará maior circulação de divisas pela população beneficiada com a redução da carga tributária, gerando maior consumo em outras áreas; que, em razão da compensação de créditos gerados, sobretudo no setor exportador, não haverá renúncia fiscal, visto que já existe uma concessão de crédito pelo Governo Federal; que dotações orçamentárias anuais futuras, créditos suplementares, créditos adicionais, decorrentes de aumento da arrecadação suprirão, com folga, a renúncia estimada; e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Nenhum dos argumentos é válido e não torna a proposição adequada financeira e orçamentariamente.

Brasília, 09 de dezembro de 2016.

Sidney José de Souza Júnior
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira